



ANO 12 Nº 7
Julho de 2003

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

O que há de novo no Plano Safrá 2003/2004?

O Plano Safrá 2003/2004, anunciado em junho pelo Governo Federal, aumentou os recursos totais do crédito rural em 25,8% e manteve a taxa de juros dos empréstimos nos mesmos 8,75% anuais da safra anterior, embora a parcela dos empréstimos concedidos a essa taxa tenha diminuído de 86% para 82%. Tais medidas, num momento de crédito escasso e taxa Selic em 26% ao ano, demonstram o reconhecimento, por parte do Governo, da importância do agronegócio para a geração de renda e divisas para o País. Dentre as novidades do Plano, as principais dizem respeito à valorização dos recursos destinados a investimento, ao incentivo à produção de alimentos básicos e à recomposição dos estoques públicos.

Aplicações do crédito rural previstas nas safras
2002/2003 e 2003/2004

FONTE DE RECURSOS E PROGRAMAS	SAFRA 2002/2003 (R\$ milhões) (A)	SAFRA 2003/2004 (R\$ milhões) (B)	VARIAÇÃO % (B/A)
A - Custeio e comercialização	14 040	16 400	16,8
B - Investimento	4 630	5 750	24,2
Programas BNDES ..	2 830	4 000	41,3
C - Aplicação a juros livres	3 000	5 000	66,7
D - Subtotal crédito rural (D = A + B + C) ..	21 670	27 150	25,3
E - Agricultura familiar (Pronaf) (1)	4 196	5 400	28,7
F - Crédito rural total (F = D + E)	25 866	32 550	25,8

FONTE: Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (MAPA).

(1) Programa gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Com o objetivo de incentivar a modernização e a competitividade do setor, os recursos para investimento cresceram 24,2%, com a manutenção da taxa de juros fixa em 8,75% para a maioria dos empréstimos. Os programas de investimento a cargo do BNDES, aumentados em 41,3%, foram reagrupados, sendo possível, a partir desta safra, a redistribuição dos recursos entre eles, de acordo com a demanda, o que, certamente, favorecerá a efetiva aplicação dos mesmos. O Moderfrota, de

reconhecido sucesso em anos anteriores, teve seus recursos dobrados, de R\$ 1 bilhão para R\$ 2 bilhões. Entretanto alterações nas taxas de juros e nas faixas de renda deixam o Programa menos atraente: de 8,75% (até R\$ 250 mil) e 10,75% (acima de R\$ 250 mil) em 2002 para 9,75% (até R\$ 150 mil) e 12,75% (acima de R\$ 150 mil) em 2003. A agricultura familiar com renda acima da estabelecida pelo Pronaf poderá obter recursos para investimento em capital fixo através do Proger Rural, um programa com recursos de R\$ 600 milhões e taxa de juros menor (7,25%) que a da safra passada (8,75%).

O índice de preços pagos pela agropecuária — calculado pela FGV — cresceu 37,7% entre março de 2002 e março de 2003, o que poderia evidenciar uma necessidade de recursos para custeio e comercialização acima do aumento de 16,8%. Entretanto o índice de preços recebidos pelos agropecuaristas, durante o mesmo período, cresceu 53,3%, permitindo uma capitalização capaz de amenizar a necessidade de recursos públicos.

Mas, se, por um lado, os recursos totais de custeio e comercialização não aumentaram tanto, os limites de crédito e os preços mínimos tiveram crescimentos mais expressivos, como forma de incentivo à produção de alimentos básicos e à recomposição dos estoques públicos. Sendo assim, o Governo aumentou os limites de empréstimo por produtor em 60% para o milho — produto este que já vinha sendo alvo de política específica desde a safrinha, com o Governo buscando incentivar seu cultivo, que vem perdendo área para a soja, produto de maior liquidez —, em 33% para o arroz, o feijão, a mandioca e o trigo e em 50% para o leite. Os preços mínimos foram reajustados de acordo com as variações dos custos e dos próprios preços de mercado, novamente com ênfase maior nos produtos básicos.

Tais medidas têm como objetivos a obtenção de uma maior oferta de alimentos para fazer frente a demandas desencadeadas por programas sociais do Governo, bem como evitar pressões inflacionárias. Aliado a isso, o Governo pretende recompor os estoques públicos, hoje praticamente zerados, como forma de aumentar seu poder sobre a determinação dos preços e da oferta. Para tanto, o Governo pode voltar a fazer compras diretas a preços de mercado através da Conab.

Martinho Lazzari (FEE/NEA)

A migração no Rio Grande do Sul

Os dados do **Censo Demográfico de 2000** sobre movimentos migratórios da população brasileira indicam que o número de gaúchos naturais residindo fora do Estado (1.012.590 pessoas) era bem maior que a população não natural do Rio Grande do Sul residente no Estado (382.502 pessoas), naquele ano.

O fluxo de deslocamento dos gaúchos ocorreu principalmente para Santa Catarina, havendo 341.273 naturais do Rio Grande do Sul residindo naquele estado, representando 34% do total de emigrantes gaúchos. Paraná está em segundo lugar, com 31% dos emigrantes, seguido por São Paulo e Mato Grosso, ambos com cerca de 8% do total. Há predominância de

emigrantes do sexo masculino para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As mulheres são maioria na emigração para o Sudeste e demais estados da Região Sul.

A maioria dos imigrantes que chegaram no Estado veio de Santa Catarina (45%) e Paraná (19%). Em terceiro lugar, estão os imigrantes estrangeiros, que são 10% da população não natural do Estado. Há predominância da presença feminina na população vinda de outros estados da Região Sul, havendo cerca de 10 mil mulheres a mais que homens.

Esses dados, referentes aos movimentos migratórios da população no Rio Grande do Sul, comprovam a tendência observada internacionalmente de que a migração feminina é realizada para curtas distâncias.

População natural do Rio Grande do Sul, por sexo, residente fora do Estado — 2000

REGIÕES	TOTAL		SEXO				
			Total		Homens		Mulheres
	Número	%	%	Número	%	Número	%
TOTAL	1 012 590	100,0	100,00	503 399	49,1	5 506 814	50,9
Norte	36 331	3,6	100,00	20 072	55,2	16 259	44,8
Nordeste	27 422	2,7	100,00	14 759	53,8	12 661	46,2
Sudeste	141 619	14,0	100,00	69 475	49,1	72 145	50,9
Sul	658 518	65,0	100,00	320 429	48,7	338 089	51,3
Centro-Oeste	148 700	14,7	100,00	78 664	52,9	70 036	47,1

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Marilene Dias Bandeira (FEE/NIS)

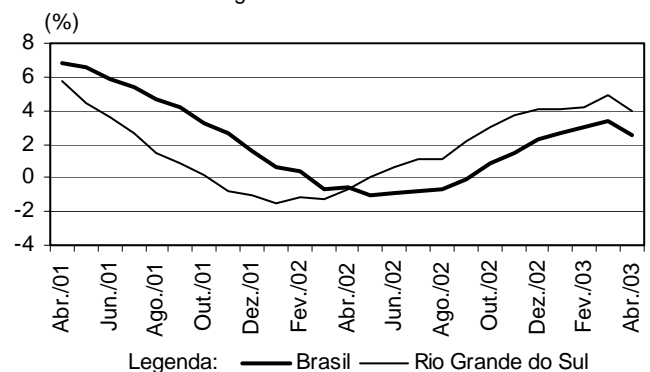
Agronegócio favorece a expansão industrial gaúcha

Os principais fatores que sustentaram a expansão da indústria brasileira a partir de meados de 2002 — petróleo, agroindústria e exportação — imprimiram um acentuado dinamismo ao crescimento industrial no Rio Grande do Sul. A expressiva participação na matriz industrial local dos setores que direcionam a sua produção primordialmente para o mercado internacional ou que se vinculam direta ou indiretamente ao agronegócio vem garantindo taxas anualizadas da produção da indústria gaúcha em níveis superiores às observadas pela indústria brasileira. Estes são setores em que ainda não se manifestam quedas no grau de utilização da capacidade instalada, tal como vem ocorrendo naqueles mais dependentes da demanda interna, primordialmente os produtores de bens não duráveis e semiduráveis.

Nos primeiros cinco meses de 2003, as exportações gaúchas realizadas em grande parte por setores ligados ao agronegócio excederam em 32,2% o montante exportado no mesmo período de 2002 e reconduziram o RS ao segundo lugar no *ranking* dos estados exportadores. Quanto ao desempenho industrial setorial, no acumulado até abril e também nas taxas anualizadas, continuam determinantes as contribuições posi-

tivas dos gêneros mecânica (especialmente máquinas e implementos agrícolas), fumo (o beneficiamento do fumo em folha), papel e papelão (celulose) e química (produção de eteno).

Evolução das taxas de crescimento acumuladas da produção física da indústria geral do BR e do RS — abr./01-abr./03 (%)



FONTE: IBGE.

NOTA: As taxas são anualizadas e têm como base o indicador acumulado nos últimos 12 meses.

Silvia Horst Campos (FEE/NEI)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.tche.br



ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./93-maio/03

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (1) (BGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (BGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./93	4,93	18,7	-	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,85	21,6	-	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,22	20,2	-	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,65	21,0	-	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,27	22,2	-	5,2	38,0	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,13	21,2	-	1,7	29,0	96,5	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,81	19,6	-	8,9	19,0	126,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,36	20,3	-	6,0	15,8	109,6	-5,4	127,9	0,4	46 304
Mai01	-	-	-	7,0	16,8	124,9	12,2	95,7	0,2	43 636
Jun./01	3,56	19,9	-	7,4	18,3	125,0	12,9	95,9	0,2	43 936
Jul./01	-	-	-	7,1	19,0	126,2	17,9	96,5	0,6	45 004
Ago./01	-	-	-	6,4	19,0	128,8	24,2	94,6	-2,0	45 010
Set./01	2,64	19,8	-	6,5	19,0	137,1	31,7	93,3	-1,2	45 133
Out./01	-	-	11,7	7,2	19,0	135,6	28,5	92,2	-1,3	45 430
Nov./01	-	-	11,5	7,6	19,0	123,6	13,3	104,0	12,9	45 587
Dez./01	1,42	19,2	10,6	7,7	19,0	114,1	4,1	130,2	25,2	52 846
Jan./02	-	-	11,1	7,6	19,0	109,5	-1,4	99,7	-23,4	52 298
Fev./02	-	-	12,5	7,5	18,8	106,7	-4,9	94,7	-5,0	50 056
Mar./02	0,26	18,7	12,9	7,7	18,5	103,2	-9,8	94,6	-0,1	49 371
Abr./02	-	-	12,5	8,0	18,5	102,2	-13,3	94,8	0,2	48 598
Mai02	-	-	11,9	7,8	18,5	109,1	-12,7	95,8	1,1	49 265
Jun./02	-0,01	18,6	11,6	7,7	18,5	117,5	-6,0	94,4	-1,6	50 577
Jul./02	-	-	11,9	7,5	18,0	126,2	0,0	95,0	0,6	54 220
Ago./02	-	-	11,7	7,5	18,0	129,8	0,8	93,4	-1,7	56 266
Set./02	0,49	-	11,5	7,9	18,0	136,6	-0,4	92,1	-1,4	58 165
Out./02	-	-	11,2	8,4	21,0	145,6	7,4	92,0	-0,2	60 607
Nov./02	-	-	10,9	10,9	22,0	127,8	3,4	101,8	10,7	61 344
Dez./02	1,52	-	10,5	12,5	25,0	126,7	11,0	122,5	20,3	69 901
Jan./03	-	-	11,2	14,5	25,5	121,4	10,9	92,3	-24,7	68 886
Fev./03	-	-	11,6	15,8	26,5	126,4	18,5	88,1	-4,6	64 092
Mar./03	-	-	12,1	16,6	26,5	120,5	16,8	87,5	-0,7	69 290
Abr./03	2,20	-	12,4	16,8	26,5	110,4	8,0	88,6	1,3	67 372
Mai03	-	-	12,8	17,2	26,5	109,2	0,1	-	-	66 199

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./93-maio/03

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)			INDÚSTRIA			SETOR EXTERNO						Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões) correntes
	DADES	Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Produção física (1)	Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		Taxas de Crescimento (Secex)		Inven- timen- tos diretos (6)	Transações corren- tes (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)	% do PIB (Bacen)		
					Produção física da indústria (7)	Produti- vidade física da indústria (7)	Expor- tações (1)	Impor- tações (1)						
Dez./93	...	97,13	7,5	(8)77	-	8,1	25,1	-0,14	32 211	...		
Dez./94	-5,09	114,32	7,6	(8)80	-	12,3	28,7	-0,31	38 806	...		
Dez./95	-0,35	100,71	1,8	(8)83	-	6,8	51,1	-2,55	51 840	...		
Dez./96	0,09	108,88	1,7	(8)82	-	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...		
Dez./97	0,98	105,37	3,9	(8)84	-	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	...		
Dez./98	-0,01	102,90	-2,0	(8)82	-	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	199 998		
Dez./99	-3,13	111,73	-0,7	(8)81	-	-6,1	-14,9	-4,72	5,33	-0,60	36 342	241 777		
Dez./00	-3,56	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,02	5,44	-1,42	33 011	236 156		
Maior/01	-3,79	132,99	6,6	-	6,9	12,7	15,9	-4,70	5,53	-0,82	35 459	...		
Jun./01	-3,91	126,88	5,9	-	-2,5	11,9	15,9	-4,73	5,21	-0,48	37 318	224 015		
Jul./01	-4,05	132,38	5,4	80,9	3,5	9,9	13,9	-4,94	4,81	0,13	35 552	224 411		
Ago./01	-3,78	136,23	4,7	-	2,5	7,8	11,2	-4,95	4,68	0,27	36 299	226 818		
Set./01	-3,80	127,39	4,2	-	-5,3	6,8	8,0	-4,90	4,74	0,17	40 054	232 425		
Out./01	-3,95	132,22	3,3	79,8	2,1	6,2	5,8	-4,79	4,67	0,13	37 492	230 000		
Nov./01	-3,68	128,43	2,7	-	-1,7	6,2	3,5	-4,69	4,06	0,63	37 234	228 603		
Dez./01	-3,67	112,54	1,6	-	-10,7	5,7	0,1	-4,55	4,40	0,15	35 866	226 067		
Jan./02	-3,64	117,81	0,6	79,5	6,4	2,6	-4,6	-4,37	4,41	-0,04	36 167	225 582		
Fev./02	-3,61	113,58	0,4	-	-1,0	2,0	-5,6	-4,29	4,43	-0,15	35 906	225 348		
Mar./02	-3,33	125,76	-0,6	-	6,5	-0,9	-10,3	-4,01	4,54	-0,53	36 721	226 962		
Abr./02	-3,37	130,17	-0,6	79,1	2,8	-2,0	-12,0	-3,97	4,58	-0,60	33 008	224 695		
Maior/02	-3,29	131,75	-1,1	-	-0,2	-4,1	-15,2	-3,96	4,51	-0,55	32 889	225 088		
Jun./02	-3,43	127,79	-0,9	-	-2,1	-6,1	-17,7	-3,83	4,64	-0,81	41 999	235 815		
Jul./02	-3,51	136,64	-0,8	79,0	6,2	-3,8	-17,4	-3,55	4,36	-0,80	39 060	231 955		
Ago./02	-3,49	137,40	-0,7	-	0,8	-4,1	-18,5	-3,28	4,29	-1,01	37 643	228 723		
Set./02	-3,92	134,30	-0,1	-	-2,5	-1,2	-17,5	-2,85	4,28	-1,43	38 381	229 228		
Out./02	-4,13	143,69	0,9	80,1	5,0	0,7	-17,8	-2,35	4,30	-1,95	35 855	227 273		
Nov./02	-4,14	134,19	1,4	-	-5,3	1,6	-17,3	-2,06	4,12	-2,05	35 592	225 305		
Dez./02	-3,96	118,15	2,3	-	-9,9	3,7	-15,3	-1,71	3,67	-1,97	37 823	227 689		
Jan./03	-4,11	120,91	2,6	80,8	3,4	6,1	-13,7	-1,41	3,54	-2,13	38 772	228 803		
Fev./03	-4,36	118,13	3,0	-	-0,3	9,3	-11,8	-1,21	3,52	-2,31	38 530	228 597		
Mar./03	-4,55	126,49	3,4	-	4,6	12,8	-8,6	-0,96	3,06	-2,10	42 335	233 692		
Abr./03	-4,51	124,75	2,5	81,0	-0,9	14,8	-8,1	-0,74	2,80	-2,06	41 500	-		
Maior/03	-4,51	-	-	-	-	20,3	-6,1	-0,13	2,60	-2,48	43 373	-		

FONTE: IPEA, IBGE, Bacen, DIEESE, FGV, IBRE, Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda, Reino Unido e Bélgica). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Média do ano.

Carta de Conjuntura - Ano 12 nº 7

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — fev./01-jul./03

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Fev./01	-	127,30	97,24	102,37	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	155,99	99,35	101,21	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,14	103,99	101,94	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai/01	-	154,69	97,67	100,99	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,61	96,49	100,20	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,08	98,44	99,93	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,23	99,06	99,81	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,17	95,94	99,40	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,26	98,68	99,33	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,43	96,26	99,05	291,4	116,1	56,8	540,7	123,37	565,12
Dez./01	3,1	125,70	97,73	98,95	361,3	143,3	77,9	658,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,02	100,70	100,70	244,8	102,1	84,8	512,0	126,11	576,45
Fev./02	-	130,62	102,61	101,65	282,5	155,3	59,1	572,7	126,20	577,21
Mar./02	-	153,30	98,28	100,37	245,8	108,3	49,7	479,4	127,22	576,94
Abr./02	-	168,72	110,90	103,21	310,3	138,6	64,1	595,5	128,28	577,39
Mai/02	-	163,55	105,73	103,75	295,5	120,0	54,2	550,0	128,89	577,12
Jun./02	-	151,90	102,91	103,61	294,0	122,2	66,2	569,4	129,68	577,79
Jul./02	-	157,30	104,12	103,68	292,3	130,5	66,3	569,6	131,05	593,97
Ago./02	-	153,10	98,00	102,93	313,1	125,6	64,4	587,3	131,95	603,19
Set./02	-	148,12	110,40	103,69	333,9	131,7	65,8	617,0	133,87	609,38
Out./02	-	161,76	108,37	104,17	328,5	126,0	56,6	598,3	136,58	615,62
Nov./02	-	149,79	105,17	104,26	380,1	144,4	59,2	669,7	142,78	630,81
Dez./02	1,8	126,85	100,91	104,02	480,5	174,8	99,5	843,6	145,85	644,09
Jan./03	-	131,92	101,46	101,46	461,2	128,5	96,2	771,9	149,37	654,01
Fev./03	-	136,25	104,31	102,89	365,5	152,0	73,0	676,9	150,73	664,31
Mar./03	-	162,56	106,04	104,05	323,9	138,1	62,2	612,0	153,25	672,98
Abr./03	-	170,15	100,85	103,13	314,0	132,6	39,0	576,0	155,94	678,29
Mai/03	-	-	-	-	342,9	129,0	63,8	628,8	156,18	685,26
Jun./03	-	-	-	-	-	-	-	-	155,22	686,49
Jul./03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	707,66

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — fev./01-jul./03

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$ 1000)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Fev./01	3 426	9,3	14,7	911	923	602 228	1 739 468	400 950
Mar./01	10 016	9,6	15,4	893	917	615 360	1 803 647	520 790
Abr./01	15 810	10,2	15,6	901	921	643 148	1 756 774	489 574
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	886	893	618 173	1 602 540	638 054
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	889	889	653 234	1 579 597	632 236
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	874	875	631 391	1 516 081	658 093
Ago./01	6 854	9,6	14,3	878	879	628 535	1 533 749	673 810
Set./01	7 532	9,8	14,5	897	906	607 149	1 510 227	569 020
Out./01	10 869	10,2	15,3	899	914	598 559	1 480 961	494 824
Nov./01	10 730	9,7	15,1	902	916	480 254	1 565 278	384 873
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	884	888	586 626	1 570 998	468 839
Jan./02	10 652	8,9	14,5	861	856	784 376	1 588 496	370 754
Fev./02	6 150	9,2	15,0	862	866	593 381	1 717 735	372 940
Mar./02	9 401	9,9	15,8	870	885	588 580	1 694 484	401 451
Abr./02	13 097	10,4	15,7	885	906	625 105	1 701 398	455 825
Mai/02	-6 787	10,7	16,0	890	901	646 439	1 642 984	561 499
Jun./02	-2 959	10,7	15,9	896	900	676 025	1 634 102	568 815
Jul./02	-6 283	10,3	15,9	909	906	652 067	1 567 947	827 555
Ago./02	- 474	10,3	15,4	907	901	657 313	1 602 259	632 388
Set./02	10 392	10,4	15,5	911	899	636 816	1 572 812	561 132
Out./02	7 611	10,1	15,1	901	886	630 398	1 577 042	641 666
Nov./02	13 593	9,6	14,8	869	869	664 146	1 647 188	485 592
Dez./02	-11 705	9,1	14,2	852	844	631 508	1 648 850	495 828
Jan./03	8 844	9,1	14,3	816	825	528 405	1 676 207	449 010
Fev./03	14 915	9,3	14,8	801	801	592 614	1 777 344	509 346
Mar./03	4 715	9,9	15,3	791	806	578 305	1 713 112	476 231
Abr./03	10 875	11,0	16,3	786	784	621 992	1 641 381	638 718
Mai/03	-5 776	11,6	16,6	-	-	628 032	1 618 086	784 981
Jun./03	-	-	-	-	-	605 276	1 535 969	-
Jul./03	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

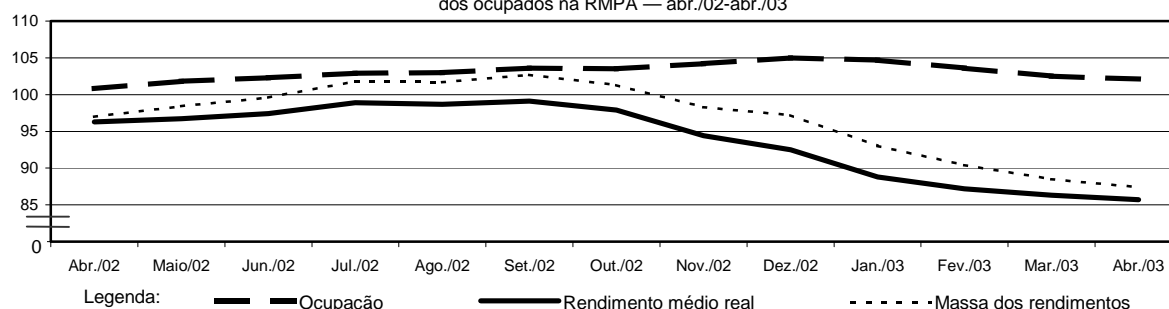
(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de fev./03. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 1991 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Queda da massa de rendimentos prejudica comércio na RMPA

A massa dos rendimentos do trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que é o produto do salário médio real e do número de ocupados na Região, vem diminuindo, num processo que se verifica desde outubro de 2002. Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMPA relativos ao mês de abril deste ano, observa-se uma queda real de 14,9% em relação a setembro de 2002 e de 9,9% na comparação com abril do ano passado. A redução da massa de rendimentos entre abr./02 e abr./03 deveu-se exclusivamente à queda de 11,0% do rendimento médio real, uma vez que o nível de ocupação aumentou 1,3%. Sem dúvida, o crescimento da inflação foi o principal fator explicativo dessa trajetória, que teve uma variação de 21,6% no ano medida pelo Índice de Preços ao Consumidor do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS para a RMPA.

Merecem destaque, neste particular, que a massa de rendimentos é o fator que, isoladamente, maior influência tem na determinação do consumo e que essa queda vem provocando desempenho negativo nos indicadores do comércio da RMPA. As vendas de abril do comércio varejista apresentaram uma queda de 3,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Esse desempenho refletiu a retração nas vendas de oito dos nove segmentos pesquisados pelo Indicador Mensal do Comércio Varejista (IMCV) — Convênio FEE/Secretaria da Fazenda-RS —, observando-se as maiores quedas em produtos alimentícios, bebidas e fumo (-12,4%), combustíveis e lubrificantes (-10,7%) e demais artigos de uso pessoal e domésticos (-11,3%), enquanto hipermercados e supermercados apresentou um crescimento de 3,1%.

Índices da ocupação, do rendimento médio real e da massa de rendimentos reais dos ocupados na RMPA — abr./02-abr./03



FONTE: PED-RMPA.

André Luiz Leite Chaves (FEE/PED)

As exportações gaúchas por fator agregado

Devido à excelente safra de soja recorde e ao aumento nas vendas de *commodities* exportadas pelo RS, como a própria soja, o farelo de soja, o fumo, a carne de frango e a de suíno, a participação dos produtos básicos nas exportações gaúchas, entre janeiro e maio de 2003, elevou-se. Desde 1997, os preços agrícolas estavam baixos nos mercados internacionais, porém, a partir de 2001, o crescimento de sua oferta já não vinha acompanhando a demanda, mesmo diante de um desaquecimento na economia mundial. Complementarmente, em 2002, o fenômeno climático El Niño afetou a produção agrícola, reduzindo os estoques e pressionando para uma elevação dos preços.

Em contrapartida, os produtos industrializados perderam participação devido ao desempenho relativamente menor, embora bom, dos manufaturados. Os semimanufaturados, mui-

tos deles ligados à agricultura, foram favorecidos pelo aumento da quantidade embarcada e pelos preços externos. Mas os manufaturados, embora com um aumento em suas receitas de exportação devido a fatores internos, como a grande desvalorização do real em 2002 e no começo de 2003, ficaram abaixo da taxa de crescimento total das vendas externas do Estado. Com isso, sua participação caiu de 60,62% entre janeiro e maio de 2002 para 54,29% nos primeiros cinco meses de 2003.

Entretanto, em 2004, os preços agrícolas deverão desacelerar-se novamente, em vista da redução na demanda e da esperada volta à normalidade da oferta, o que poderá levar os produtos básicos e os semimanufaturados a cederem posição a favor dos manufaturados.

Exportações, por valor agregado, do Rio Grande do Sul — jan.-maio/02-jan.-maio/03

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (US\$ 1 000 FOB)		Δ%	PARTICIPAÇÃO %	
	Jan.-Maio/2002	Jan.-Maio/2003		Jan.-Maio/2002	Jan.-Maio/2003
Básicos	585 262	924 831	58,02	27,06	32,36
Industrializados (A + B)	1 551 215	1 892 189	21,98	71,73	66,20
Semimanufaturados (A)	240 230	340 498	41,74	11,11	11,91
Manufaturados (B)	1 310 986	1 551 691	18,36	60,62	54,29
Operações especiais	25 993	41 266	58,76	1,20	1,44
TOTAL	2 162 470	2 858 286	32,18	100,00	100,00

FONTE: Secex.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

Os gastos financeiros e a dívida do setor público

O setor público consolidado, medido através das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), registrou um superávit primário (excluindo o pagamento com juros nominais) de R\$ 36,98 bilhões, o equivalente a 5,73% do PIB, de janeiro a maio de 2003. Tal resultado evidencia uma postura austera em relação à política fiscal, superando as metas acordadas com o FMI (R\$ 35 bilhões) para o primeiro semestre de 2003. Esse comportamento favorável é explicado, sobretudo, por uma queda real de 18% dos gastos federais no período, em vista do contingenciamento efetuado nos seus dispêndios a partir de janeiro de 2003, uma vez que a receita tributária também caiu nesse período, porém num ritmo menor (11,24%).

Todavia as despesas com os juros, ou seja, a parcela financeira das NFSP, vêm aumentando, passando de 7,74% do PIB de janeiro a maio de 2002 para 10,12% do PIB no mesmo período de 2003. Esse percentual é muito maior do que aquele apresentado pelas contas fiscais, fazendo com que todo o esforço fiscal conseguido pelo Governo Central fosse insuficiente para cobrir o serviço da dívida pública. Este é pressionado pelas elevadas taxas de juros vigentes no País, que não permitem uma trajetória mais estável para a dívida pública. Incluindo os gastos com os juros nominais, o setor público, ao invés de registrar um superávit, passou a apresentar um déficit nominal de R\$ 28,33 bilhões (4,39% do PIB) nos primeiros cinco meses do ano, evidenciando um caráter financeiro para o déficit das contas públicas.

Por sua vez, a dívida líquida total do setor público (dívida bruta excluindo os créditos), que inclui a dívida pública interna e a externa, atingiu a quantia de R\$ 858,36 bilhões, o equivalente a 53,6% do PIB, até maio de 2003, diante de R\$ 888,14 bilhões, 56,5% do PIB até dezembro de 2002. Essa queda deveu-se à apreciação cambial ocorrida nos primeiros meses deste ano, o que reduziu o estoque da dívida externa de 14,5% para 12,2% do PIB. O montante atingido nesse período ainda está muito aquém do total acertado com o FMI para o primeiro semestre de 2003, que é um total de R\$ 961,1 bilhões, o que significa que esse patamar, provavelmente, não deverá ser ultrapassado.

No entanto, a maior parcela da dívida do setor público refere-se à dívida mobiliária interna federal fora do Banco Central, que é expressiva, representando um estoque de R\$ 660,75 bilhões até maio de 2003 contra R\$ 623,19 bilhões até dezembro de 2002. Dessa dívida, uma parcela (28,6%) está indexada ao câmbio e aos *swaps* cambiais, sendo vulnerável à apreciação ou à depreciação cambial. Todavia quase a metade (47,5% até maio de 2003) está atrelada à taxa básica de mercado, a “*over-Selic*”, por isso sofre os efeitos, quando do seu resgate, das variações dessa taxa de juros. Em vista disso, a queda nessa taxa significará uma redução no custo da rolagem dos títulos públicos federais.

Necessidade de financiamento (NFSP) e dívida líquida do setor público (DLSP) no Brasil, em períodos selecionados
(% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	JAN-MAIO/02	JAN-MAIO/03
NFSP nominal	3,11	4,39
Juros nominais	7,74	10,12
NFSP primário	-4,63	-5,73
DLSP total	-	-
DLSP interna	-	-
DLSP externa	-	-

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/02	MAIO/03
NFSP nominal	-	-
Juros nominais	-	-
NFSP primário	-	-
DLSP total	56,5	53,6
DLSP interna	42,0	41,4
DLSP externa	14,5	12,2

FONTES: Ministério da Fazenda.
Bacen.

Isabel Noemia Rückert (FEE/NEESF)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 11.07.03).

ISSN 1517-7254

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Júnior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Jorge da Silva Accurso, Maria Isabel Herz da Jornada e Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.tche.br

EDITORIAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidônia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Alexander Gurgel Marques, Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.